



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana

COPRODUÇÃO SOCIAL DA CIDADE E PROPRIEDADE COLETIVA: reflexões a partir do caso da Chácara do Catumbi na cidade do Rio de Janeiro

GEISA BORDENAVE ¹

RESUMO

O presente trabalho propõe reflexões acerca do processo de usucapião especial urbana coletiva na Chácara do Catumbi, que significou o reconhecimento de uma propriedade coletiva no território em questão, e foi parcialmente concluído no ano de 2019. São apresentadas reflexões iniciais de uma pesquisa que busca analisar o processo a partir dos diferentes atores envolvidos – equipe de arquitetos e equipe social, Pastoral de Favelas e moradores, à luz da ótica da coprodução social da cidade, com ênfase no processo participativo construído e atuação da Universidade. A metodologia proposta é qualitativa, e foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as equipes envolvidas e moradores.

Palavras-chave: coprodução social da cidade; propriedade coletiva; usucapião coletivo; regularização fundiária; Chácara do Catumbi.

ABSTRACT

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade De São Paulo

The present paper proposes reflections about the process of collective special urban usucapiao in Chácara do Catumbi, which meant the recognition of a collective property in the territory in question, and was partially completed in 2019. Initial reflections are presented from a research that seeks to analyze the process from the different actors involved - team of architects and social team, Pastoral de Favelas and residents, in the light of the optics of the social coproduction of the city, with emphasis on the participatory process built and action of the University. The proposed methodology is qualitative, and semi-structured interviews were conducted with the teams involved and residents.

Keywords: social co-production of the city; collective ownership; collective adverse potetion;
land regularization; Chácara do Catumbi.

1. INTRODUÇÃO

A política urbana de regularização fundiária em territórios de favela no Brasil ganha espaço a partir da década de 1980, sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988 e a promulgação do Estatuto da Cidade no ano de 2001. Apesar dos questionamentos e reivindicações de movimentos populares de luta por moradia, a política urbana, no entanto, continuou extremamente atrelada à lógica da propriedade privada e ancorada nos interesses do mercado. As discussões sobre propriedade coletiva e mesmo outras formas de habitação que não sejam via propriedade privada, como é o caso do aluguel social, por exemplo, são ainda incipientes e não foram estratégia de Estado em momento algum no Brasil (MILANO, 2018). São mais comuns as propriedades coletivas ligadas a algum tipo de pertencimento étnico racial, como é o caso de terras indígenas ou quilombolas,

sustentados por uma compreensão de “comunidades tradicionais” (MOTTA, 2017). Diversas cooperativas habitacionais construídas no país, por exemplo, mesmo com inspiração do modelo uruguaio (GHILARDI, 2017), não se basearam na lógica da propriedade coletiva e algumas permaneceram reconhecidas juridicamente similares aos produzidos pelo Minha Casa Minha Vida tradicional (operado por empreiteiras, sem participação de movimentos de luta por moradia)².

2 A nomenclatura Minha Casa Minha Vida tradicional tem sido usada na literatura acerca do tema para marcar a distinção entre esta modalidade predominante e o Minha Casa Minha Vida Entidades, através do qual foram construídas algumas cooperativas habitacionais no Brasil, que, no entanto, não tiveram o estatuto de propriedade coletiva. Em alguns textos este programa aparece referido apenas como PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida) ou MCMV (Minha Casa Minha Vida) ou também como MCMV Empresas (ROLNIK, 2014).

O caso proposto para análise neste trabalho, portanto, é bastante particular e possivelmente inovador³: a Chácara do Catumbi se localiza entre duas favelas, Morro da Mineira e Morro de São Carlos, – não há consenso entre os moradores sobre ser ela mesma parte da favela ou não (GONÇALVES; VALE, 2021), em uma região central da cidade, onde houve o reconhecimento de uma propriedade coletiva através da Usucapião Coletiva Especial Urbana. Tal instrumento possibilitaria o reconhecimento de uma propriedade coletiva no âmbito urbano.

Nos interessa no presente trabalho analisar o caso de reconhecimento da propriedade coletiva da Chácara do Catumbi a partir da ótica da coprodução social da cidade, considerando a atuação dos múltiplos atores envolvidos – Pastoral de Favelas, Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU-RJ) e Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais, da Pontifícia Universidade Católica (LEUS/PUC-Rio), no processo de mobilização dos moradores, regularização da terra, e conseqüentemente de transformação social do território em questão. Tal análise se insere em uma pesquisa mais

ampla no âmbito do projeto “Copolis — co-produção social da cidade e ciência cidadã: uma perspectiva comparada sobre classe trabalhadora e bairros precários na França e no Brasil”⁴, onde são analisados campos de pesquisa em ambos os países, sendo a Chácara do Catumbi o caso eleito para se constituir como o campo de pesquisa do projeto na cidade do Rio de Janeiro.

O presente trabalho apresenta reflexões a partir de uma pesquisa em andamento, e baseia-se em uma análise sobre o projeto ATHIS, que se constituiu como uma das etapas de reconhecimento da propriedade coletiva. O objetivo era a constituição de um condomínio especial a partir da titulação da terra, no entanto, esta fase foi suspensa devido à pandemia de covid-19 e ainda não pode ser retomada. Sobre os aspectos metodológicos, foram realizadas entrevistas com a equipe técnica que prestou assessoria técnica aos moradores da Chácara, analisados documentos que compõem o acervo da equipe que desenvolveu o

3 O caso da Chácara do Catumbi aparece nos relatos da Pastoral de Favelas e da equipe como o primeiro caso de usucapião coletivo especial urbano a ser reconhecido no Brasil, embora no momento haja outros sendo conduzidos também pela Pastoral: um localizado na zona sul da cidade, em Botafogo, e outro na zona oeste, no bairro de Bangu.

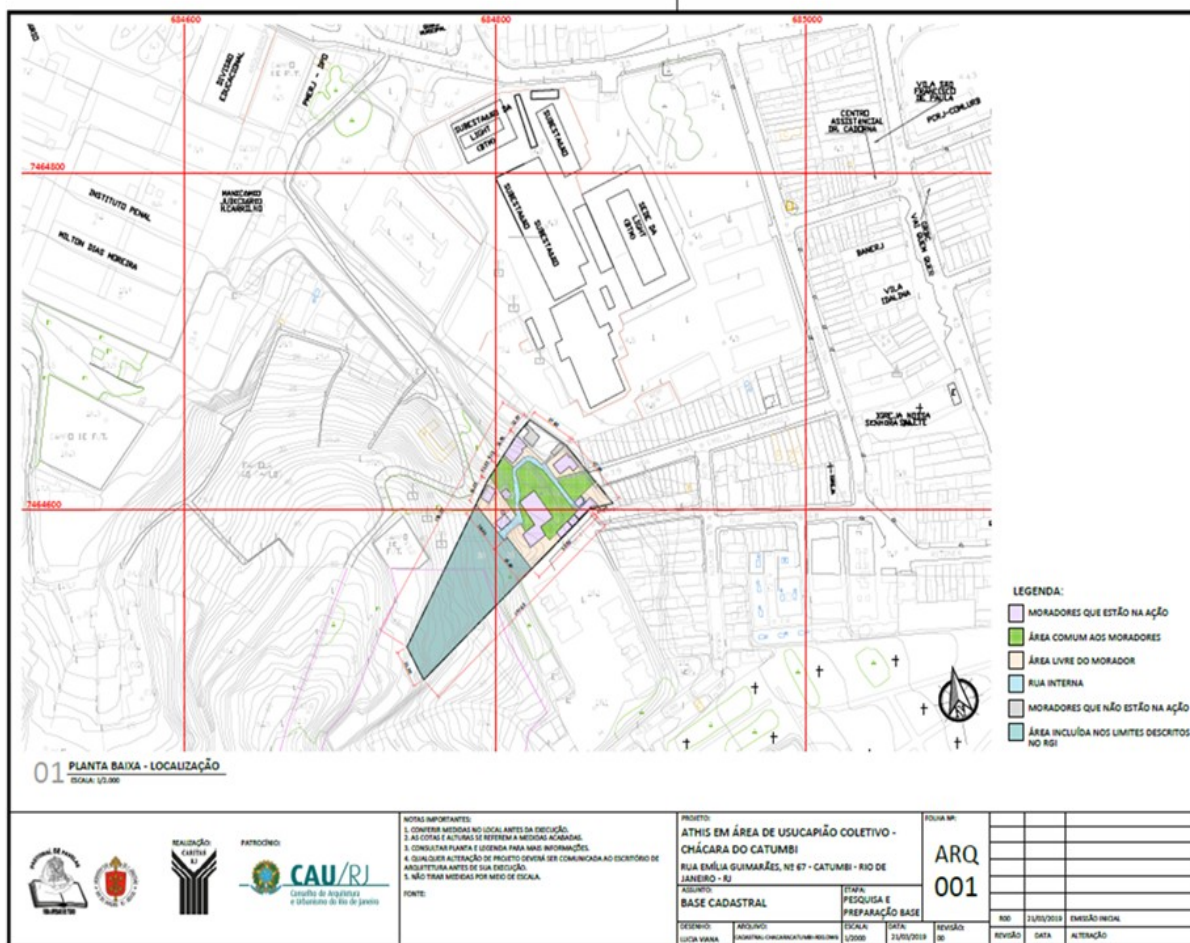
4 O projeto citado possui financiamento da FAPESP, no Brasil, e da ANR na França. Os campos de pesquisa na cidade de São Paulo são ocupações na área central e nas periferias da cidade.

projeto, e foram realizadas conversas com moradores.

2. BREVE HISTÓRICO DA CHÁCARA E A PROPOSTA DO PROJETO ATHIS

O histórico da ocupação do imóvel é de que a propriedade original pertenceu ao Barão de Chichorro, que teria ocupado as pastas da Fazenda do Governo Imperial do Brasil e em 1860, foi elevado ao posto de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. No local desta foi construído no século XIX, um prédio horizontal para sua moradia, um casarão. Todo o entorno da área local foi uma chácara produtiva que originou o nome “Chácara do Catumbi” e é assim reconhecida pelos moradores que vivem ali há aproximadamente 50 anos. Os moradores contam que as herdeiras, a quem eles pagavam aluguel, não demonstraram interesse pela área, deixando-a abandonada por vários anos. Quando uma delas resolveu se apropriar do terreno, a favela - Morro da Mineira - já havia se expandido para dentro do terreno e casas já haviam sido construídas no entorno do Casarão. Ainda nestes anos, com a ocorrência de fortes chuvas, o muro que separava uma das favelas vizinhas caiu e, como não foi reconstruído, a área da chácara foi ocupada por outras famílias e casas foram sendo construídas, estendendo-se e “misturando-se à área de favela” (GONÇALVES; VALE, 2021).

Figura 1 – Planta baixa – localização (Equipe Projeto ATHIS).



Fonte: Acervo da Equipe Projeto ATHIS (2019).

De acordo com relatos de arquitetas que participaram da equipe técnica, com o início do processo de usucapião coletivo, os moradores foram orientados a abrirem os portões de acesso. Desde então, o local serve de passagem para moradores das ‘Favelas da Mineira’ e do ‘São Carlos’. Em 1995, com a execução do ‘Favela Bairro’ na ‘Favela de São Carlos’, foi apresentado um projeto pela prefeitura para transformar o casarão em um centro cultural do samba, onde seria necessária a remoção das famílias que residiam na Chácara.

Os moradores decidiram buscar assessoria jurídica para conseguir a posse do terreno e garantir o seu direito à moradia e à propriedade, dando início ao processo de usucapião coletivo, que teve início no ano de 2003, inicialmente junto à

Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, que deu início ao processo judicial. Alguns anos depois, por conta das dificuldades enfrentadas pela instituição anterior para prosseguir, o processo passou a ser acompanhado pela Pastoral de Favelas, que possui uma longa trajetória no que se refere à assessoria jurídica em favelas na cidade do Rio de Janeiro (BRUM, 2018). Em 2017, após 11 anos houve a sentença judicial final concedendo o direito à Usucapião Coletiva aos moradores da Chácara do Catumbi, que receberam o título regularizado, com a concessão da Certidão de Ônus Reais.

Com a ação de usucapião foi requerido construção de um condomínio com iguais frações ideais, independente da área ocupada, para posterior formação de um Condomínio Especial, conforme determina o Artigo 10 do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, que fixará os direitos e obrigações condominiais e as áreas comuns. Assim em 2018, se propôs o Projeto de Apoio à Assistência Técnica Habitacional de Interesse Social – ATHIS, a homologação da seleção deste projeto no edital de patrocínio pelo CAU/RJ que ocorreu em dezembro de 2018.

Este projeto consistiu na prestação de serviços de arquitetura e urbanismo e assistência técnica ao conjunto de moradores beneficiários da Usucapião Coletiva em ação judicial de regularização fundiária, sendo acompanhada pela Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio de Janeiro, com a contratação de técnicos e profissionais de arquitetura e urbanismo que atuaram na etapa inicial de consolidação urbanística para formatação condominial. A atuação da equipe social foi possível por conta de uma parceria entre a PUC-Rio e a Pastoral de Favelas: um professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio se propôs a coordenar a equipe que foi responsável, dentre outras ações, pelo levantamento socioeconômico dos moradores.

Figura 2 – Casarão da Chácara do Catumbi.



Fonte: Acervo da Equipe Projeto ATHIS (2019).

3. COPRODUÇÃO SOCIAL E A ATUAÇÃO DA EQUIPE

A coprodução social da cidade, atrelada à concepção de ciência cidadã, é uma categoria de análise ainda em construção, e que aqui está sendo compreendida para se referir a um modo de operar participativo e engajado socialmente, e que possui objetivos de transformação social do território. Assim, chamamos de coprodução o conjunto de processos participativos, envolvendo organizações, órgãos, moradores e universidades, que visam algum tipo de transformação social na cidade. Como aponta Gomes (2021), o conceito de coprodução, ainda em construção, é também uma categoria polissêmica. Embora haja, desta forma, múltiplas formas de compreender o conceito, o que aqui por ora trazemos e que nos parece o mais adequado para a análise o entende como um conceito com caráter político. A coprodução social da cidade, assim, pode ser compreendida como uma atividade política associada à resistência de populações urbanas diante, por exemplo, de ações de cima para baixo por parte do poder público (FLINDERS; WOOD, 2019), como é o caso de remoções e outras formas violentas de expulsar populações pobres urbanas de seus locais de moradia.

A concepção de ciência cidadã se relaciona com um posicionamento de engajamento da Universidade – e outros agentes ligados a ela - nos campos de pesquisa aos quais se vincula. Convém salientar que quando nos referimos à participação da Universidade neste contexto, não significa que estamos a compreendendo como um bloco homogêneo: universidades são plurais e heterogêneas, tanto em seu interior – considerando as especificidades de cada curso – quanto na comparação entre aquelas que possuem maior compromisso social e outras mais fortemente orientadas para as necessidades do mercado (MARQUES, 2013; MINTO, 2014). Isto não significa uma abordagem dicotômica da realidade das universidades, uma vez que a mistura entre compromisso social e as necessidades mercadológicas muitas vezes estão sobrepostas.

Esta abordagem de engajamento e associada a uma maior proximidade entre Universidade e sociedade – ressaltando que também não se trata de uma dicotomia, mas um entrelaçamento – no Brasil, com frequência aparece na forma de “extensão universitária”, compreendendo-a como parte do tripé sobre o qual se funda a universidade brasileira – ensino, pesquisa e extensão – baseada em compromisso social, embora as definições e compreensões acerca da extensão também estejam ainda em construção e em disputa (SANTOS, 2012).

Cabe destacar ainda que o presente trabalho está inserido em um projeto multidisciplinar, mencionado anteriormente, e que conta com grande participação de arquitetos e urbanistas. A discussão sobre o engajamento é bastante presente no grupo, no entanto, no âmbito do Serviço Social a lógica do engajamento está bastante ligada à própria base da profissão, após o que denominamos como uma “ruptura” com o conservadorismo profissional – momento em que a categoria assume seu compromisso com a classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2007). Assim, enquanto ciência social aplicada e voltada para a intervenção social, o Serviço Social, historicamente, possui uma atuação que busca a transformação social.

No caso da Chácara do Catumbi estamos diante de um processo participativo, conduzido pela Pastoral de Favelas, equipe técnica, composta por arquitetos e uma técnica em edificações, e a equipe social, composta por uma

assistente social e coordenada por um professor do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Cabe destacar que, segundo os entrevistados, não fosse a parceria com a PUC-Rio não teria sido possível ter uma equipe social atuando no projeto, pois inicialmente o financiamento do CAU-RJ só permitia a contratação de arquitetos para a realização do projeto.

A equipe social envolvida, associada ao Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS) da PUC-Rio, realizou o levantamento socioeconômico dos moradores e conduziu junto à Pastoral de Favelas e a equipe de arquitetura as reuniões com os moradores ao longo do período de execução do projeto. O projeto ATHIS foi desenvolvido entre fevereiro e julho de 2019, e produziu dados com a finalidade de subsidiar a redação da convenção de condomínio especial. Foi realizado o recenseamento local e mapeamento das construções e áreas comuns, buscando estimular os moradores a formularem normas de convivência e regulação da utilização das áreas privadas e coletivas. Buscou ainda fornecer os dados necessários para que se pudesse, em um projeto posterior, redigir e registrar o condomínio. Mesmo sem recursos, a Pastoral de Favelas pretendia retomar o projeto em 2020 com voluntários, inclusive com a participação dos autores do presente artigo, mas a pandemia impossibilitou, por enquanto, a retomada dos trabalhos.

As reuniões tiveram como objetivos: apresentar a equipe e a metodologia de trabalho que seria realizada; discutir junto aos moradores as formas de participação e como seriam realizadas as decisões coletivas; compartilhar com os moradores informações técnicas e jurídicas a respeito do processo de usucapião que seria realizado, assim como a proposta de formação do condomínio; definição dos espaços de uso privado e uso coletivo; normas coletivas de convivência e utilização do solo; e por fim, resultados e perspectivas futuras para o projeto (GONÇALVES; VALE, 2021).

4. AS ENTREVISTAS COM A EQUIPE DE ARQUITETOS, SOCIAL E JURÍDICA

As entrevistas estão ainda sendo realizadas com a equipe, assim como os contatos com os moradores. Ao longo dos meses de junho e julho de 2022 foram entrevistados alguns membros da equipe - arquitetos, assistente social e a advogada da Pastoral de Favelas - para compreender suas visões sobre o projeto desenvolvido. As entrevistas estão ainda em fase de análise, mas são trazidas neste tópico algumas reflexões preliminares⁵.

A questão sobre a insuficiência dos recursos via CAU-RJ para dar conta de todo o processo aparece com bastante frequência nos relatos. Os avanços que poderiam ter acontecido e a formação do condomínio, para alguns, não foi realizada, devido a esta escassez de recursos que não permitiu a continuidade do trabalho. Na mesma linha, uma das arquitetas aponta para o problema de se tratar de um contrato pontual, quando o ideal no caso seria uma assessoria técnica prolongada que permitisse um trabalho mais consistente junto aos moradores. Também por conta deste trabalho pontual e focado exclusivamente na questão da regularização fundiária, a mesma arquiteta menciona a frustração de realizar o levantamento dos problemas habitacionais do local sem condições de resolver nenhum deles – situações que ela denomina, inclusive, como insalubres -, uma vez que o projeto não previa melhorias habitacionais.

As dificuldades no próprio processo participativo também apareceram de forma contundente nas entrevistas realizadas. Todos os entrevistados mencionaram uma grande dificuldade inicial de aproximação com os moradores, mas também que esta questão se atenuou ao longo do trabalho e os moradores passaram a ter uma participação mais efetiva nas reuniões realizadas e no processo. A assistente social menciona durante a entrevista que a aproximação com os moradores foi gradual, e lamenta não ter havido continuidade, pois considera que o tempo que a equipe

5 Todas as entrevistas com a equipe até o presente momento foram realizadas de forma online entre junho e julho de 2022. As entrevistas foram realizadas via Google Meet e o áudio foi gravado, com a permissão de cada um, e transcritas posteriormente.

permaneceu afastada dos moradores pode ter ocasionado uma “quebra de vínculo”.

Ainda sobre as dificuldades de obter uma participação mais efetiva dos moradores, sobretudo no início do projeto, as arquitetas mencionam a falta de organização comunitária anterior como um elemento complicador: os processos participativos, de acordo com os relatos, eram uma novidade para o grupo, que não tinha histórico de organização e mobilização, não havendo, por exemplo, uma associação de moradores atuante. De acordo também com moradores, a mobilização dos moradores foi significativa somente no momento em que houve a ameaça de remoção, o que não resultou em uma organização mais sólida posteriormente. Um elemento que é citado como possível dificultador de maior coesão no grupo de moradores diz respeito à significativa heterogeneidade: a Chácara do Catumbi é bastante diversa no que se refere à renda e condições das habitações. Há no território casas bastante precárias, como por exemplo, o subsolo do casarão e outras casas muito pequenas e com problemas estruturais, enquanto existem outras amplas e com boas condições de habitabilidade. Há ainda imóveis que são utilizados de forma comercial: um salão de festas e duas hospedagens.

A aproximação com os moradores após a realização do projeto teve como objetivo compreender de que forma eles encararam o processo e como avaliam a atuação da equipe. Além disso, este contato objetivava compreender se eles consideram a formação do condomínio – etapa ainda não desenvolvida no projeto, como mencionado anteriormente – algo positivo para os moradores. Não há consenso em relação a isso: alguns moradores consideram a formação do condomínio necessária para a formalização das propriedades individuais – uma vez que a usucapião coletiva garante a propriedade coletiva da terra, mas não regulariza a situação das unidades habitacionais de cada família – enquanto outros consideram que não como realizar a formação de um condomínio na Chácara.

As dificuldades para a gestão coletiva da Chácara aparecem bastante nas conversas com os moradores: a divisão do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que é único e atualmente é dividido igualmente entre os moradores, apesar das diferenças significativas de tamanho entre as unidades habitacionais, assim

como a frequente necessidade de manutenção na bomba que garante o abastecimento de água nas residências são as principais questões.

A impossibilidade de venda da casa de maneira formal sem que haja a concordância de todos os moradores também é um elemento que aparece como um problema. Até o presente momento, por conta da falta de regularização individual das unidades habitacionais e o reconhecimento da terra como propriedade coletiva, para que haja a venda é necessário que todos concordem, considerando que cada família é detentora de uma fração do terreno da Chácara. O que não significa que as vendas não sejam realizadas de outras formas. No entanto, alguns moradores se sentem motivados a formar o condomínio e regularizar as unidades habitacionais de forma individual, acreditando que desta forma as casas poderão ser valorizadas e vendidas e preços mais elevados.

A falta de normas coletivas para o uso do espaço também aparece como questões que motivam alguns moradores a realizar a formação do condomínio, o que segundo eles, poderia contribuir para uma convivência mais harmoniosa, no entanto, este é justamente o ponto que leva outros a considerarem a formação de condomínio pouco provável. Não apenas os conflitos entre as famílias residentes aparecem como uma possível dificuldade para a formação do condomínio, mas também a presença do tráfico nos arredores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado ao longo deste trabalho a pesquisa encontra-se ainda em andamento, portanto, este trabalho buscou suscitar algumas reflexões bastante preliminares. Compreender o processo de usucapião coletivo especial urbano na Chácara do Catumbi à luz da perspectiva da coprodução social da cidade se constitui como um esforço teórico ainda em elaboração. Ainda assim, alguns elementos podem ser trazidos para fomentar as reflexões.

Apesar de todas as questões trazidas ao longo do trabalho a respeito das dificuldades de continuidade do projeto, tanto a equipe como os moradores reconhecem a importância do trabalho realizado. Por parte da equipe, o envolvimento com o processo participativo fica bastante evidente, embora alguns membros afirmem terem se envolvido somente com a parte mais técnica e menos com tal processo. O ponto que aparece de forma contundente se refere à insuficiência dos recursos do projeto ATHIS para a realização do trabalho completo, culminando na formação do condomínio, como previsto inicialmente. Assim, o que se nota é que apesar de se constituir como uma proposta com grande potencial para gerar impactos positivos nos territórios marcados pela precariedade urbana, o seu caráter pontual e focalizado torna difícil a realização de um trabalho mais aprofundado.

A atuação de equipe jurídica, social e de arquitetura aparece como um ponto forte no projeto e é ressaltado pelos membros da equipe como um trabalho gratificante no que concerne à troca de saberes e possibilidade de atuação como assessoria em habitação social com financiamento, ainda que insuficiente, do CAU-RJ. No processo de desenvolvimento da pesquisa se pretende ainda desenvolver uma análise mais aprofundada sobre a atuação das equipes, sobretudo a equipe social e as contribuições desta enquanto produtora de conhecimento no âmbito social, considerando que os membros da equipe, associados a um grupo de pesquisa em universidade, também analisou o projeto, compreendendo sua atuação metodologicamente como uma pesquisa ação.

No que se refere ao desenvolvimento da pesquisa, as entrevistas e suas análises permanecem sendo realizadas. As possibilidades de continuidade do projeto para a elaboração da convenção de condomínio estão sendo discutidas junto à Pastoral de Favelas e aos moradores da Chácara do Catumbi, considerando que, assim como a demanda inicial pelo processo de regularização fundiária surge a partir dos moradores, a formação de um condomínio precisa ser também uma demanda que faça sentido para eles. Dentre as dificuldades que estão sendo detectadas para a retomada do projeto, está o afastamento de uma das moradoras que atuava como

mobilizadora dos demais, e o falecimento de seu marido, que foi responsável pelo início do processo de usucapião junto à Fundação Bento Rubião, e mais tarde junto à Pastoral de Favelas. É fundamental que todo o processo de formação de condomínio, caso o projeto avance para esta etapa, conte com um amplo processo participativo e não se dê fundamentado em práticas conservadoras onde não sejam os moradores os protagonistas na construção de regras de convivência e uso do espaço coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.

BRASIL. Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de julho de 2001.

BRUM, Mario. Opção pelos pobres: a Pastoral de Favelas e a reorganização do Movimento de Favelas no Rio de Janeiro na redemocratização, *Estudos Históricos*, 31(65), 428-432 (2018).

FLINDERS, M.; WOOD, M. Ethnographic insights into competing forms of co-production: A case study of the politics of street trees in a northern English city. *Social Policy & Administration*, 53(2), 279–294, 2019.

GHILARDI, Flavio. *Cooperativismo de moradia em Montevideu e autogestão habitacional no Rio de Janeiro: as bases sociais, políticas e econômicas da produção social do habitat na América Latina*. Tese (Doutorado) - IPPU/UFRJ, 2017.

GOMES, Pedro. Décentrer la coproduction comme stratégie de recherche. In: <https://copolis.hypotheses.org/ressources>. 2021.

GONÇALVES, Rafael Soares, VALE, Josiane do. Propriedade coletiva e regularização fundiária: o caso da usucapião especial urbana coletiva da Chácara do Catumbi na cidade do Rio de Janeiro.

IAMAMOTO, Marilda. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 13 ed. São Paulo, Cortez, 2007.

MARQUES, Waldemar. Expansão e Oligopolização da Educação Superior no Brasil. *Avaliação*, Campinas, Unicamp, v. 18, n. 1, p. 69-83, 2013.

MILANO, Joana Zattoni. Aluguel social no Brasil: algumas reflexões sobre a ideologia da casa própria. *Anais: Encontros Nacionais da ANPUR*, 2018.

MINTO, Lalo Watanabe. *A Educação da Miséria: particularidade capitalista e educação superior*. São Paulo: Outras Palavras, 2014.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. Antiguidade é posto: a Aldeia de Imbuí, conflitos e memórias (séculos XIX e XXI). *História Unisinos*, 21(1), 1-12, 2017.

ROLNIK, Raquel et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 127-154, maio 2015 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3306>. Acesso em 12 de março de 2019.

SANTOS, Marcos Pereira dos. Contributos da extensão universitária brasileira à formação

acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário. *Revista Conexão UEPG*, v. 6, n.1, 2012.